

DA APROPRIAÇÃO À ARQUITETURA ABERTA

Por uma supressão da produção habitacional vigente

Rosamônica da Fonseca Lamounier

Escola de Arquitetura da UFMG, rosamonicafl@gmail.com

1. Ponto de partida: a exclusão do morador dos processos decisórios vista através da tipologia adotada

O projeto de um novo espaço permanece incerto; hoje, mais de um traço pode se ajustar ao esboço. O papel da arquitetura como *uso* do espaço não aparece sempre claramente.

Henri Lefebvre, 1985¹

A provisão habitacional social no Brasil tem sido realizada desde 2009 pelo *Programa Minha Casa, Minha Vida*, que pouco avança em relação a políticas habitacionais anteriores, inclusive na qualidade do espaço da moradia. Os espaços se apresentam prontos e acabados, rígidos e padronizados, inadaptáveis, obsoletos ou subutilizados, porque os empreendimentos são pensados apenas como o espaço projetado, precisamente desenhado para o atendimento às normativas e a uma composição familiar única e padrão. Nesse sentido, o *campo* (Bourdieu, 2004) da produção habitacional é constituído por instituições e agentes que produzem, reproduzem e disseminam o programa, via instrumentos legais e mecanismos capitalistas com acentuado grau de autonomia.

O programa foi elaborado pelo Governo Federal, via Ministério das Cidades, é executado pelo poder privado, via Construtoras, com a parceria de governos estaduais, municipais e/ou entidades na escala local, e operado por bancos, majoritariamente pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira na forma de empresa pública do governo federal, com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Assim, são cinco os agentes que compõem a produção, juntamente com os beneficiários (fig.1).

¹ Prefácio da 4a. edição em francês (2000)



Fig. 1 Agentes do PMCMV
 Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

Com a justificativa de aquecer a economia do setor e gerar empregos, o programa discursivamente se ancora no combate ao déficit habitacional quantitativo no país, por entender o problema da moradia como um número a ser superado (Morado Nascimento e Tostes, 2011). No entanto, pesquisas recentes apontam que mesmo com a produção (contratação) de 3,75 milhões de unidades habitacionais até o final de 2014, o déficit não diminuiu, especialmente na classe de menor renda. E o problema ainda é acentuado na medida em que o déficit numericamente é da mesma ordem de grandeza da vacância imobiliária (fig.2).

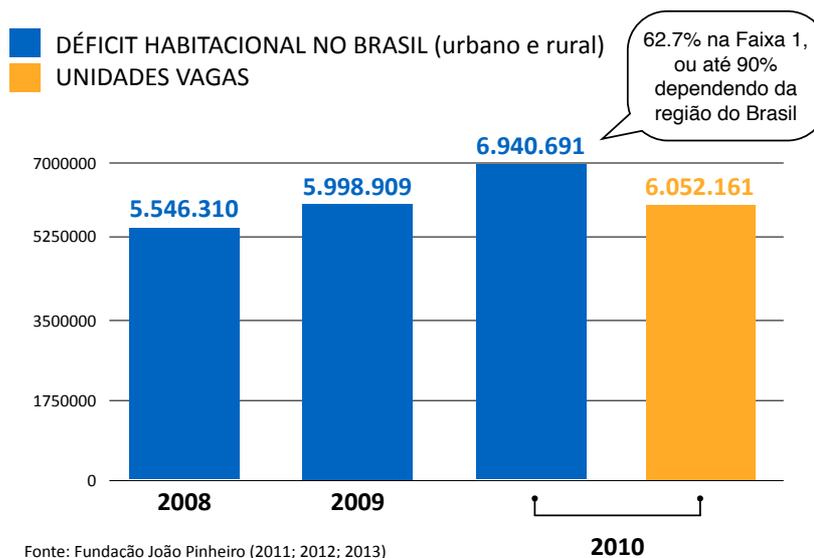


Fig. 2 – Déficit Habitacional e Vacância Imobiliária no Brasil
 Fonte: FJP, 2013 trabalhados por Lamounier & Morado Nascimento, 2014

A lógica da prática nesse campo, de natureza capitalista, realizada pelo mercado e parcialmente legitimada pelo Estado é, portanto, motivada por questões distantes das verdadeiras necessidades habitacionais dos moradores, impedindo-os de tomar decisão em relação ao espaço que irão habitar. Isso contrapõe à prática predominante da autoconstrução no Brasil e coloca a problemática não como uma questão arquitetônica ou tecnológica somente, mas sobretudo política, econômica e social. No Brasil, 70% das habitações não são projetadas por profissionais habilitados, nem regularizadas pelas prefeituras, são autoproduzidas (Ministério das Cidades, 2009). Ou seja, a conjuntura envolve o estado, o mercado, a população e o próprio campo da arquitetura, onde vence o capital que se pauta pelo consumo, e que historicamente não tem interesse em produzir espaços evolutivos que não sejam demolidos e outros novos construídos.

Nesse sentido, o presente texto trata da produção do espaço, focando nas propostas tipológicas tanto para as unidades habitacionais quanto para os arranjos das edificações, mas evidenciando sua natureza espacial enquanto meio de produção e lugar da prática social, transcendendo sua dimensão enquanto produto e objeto.

2. A fundamentação teórica em Lefebvre

Como chave para reconhecer a produção habitacional aqui tratada, recorreremos à teoria da produção do espaço de Lefebvre, a qual atribui a tal produção três dimensões, processos ou momentos duplamente determinados e designados, e dialeticamente interconectados.

Por um lado, o filósofo propõe os três termos *prática espacial*, *representações do espaço* e *espaços de representação*, numa abordagem linguística, recorrendo para isso e de forma crítica, respectivamente às teorias dialéticas alemãs de Marx, Hegel e Nietzsche. Por outro lado, ele propõe *espaço percebido*, *espaço concebido* e *espaço vivido* (e que correspondem respectivamente aos três primeiros termos) a partir de abordagens, também críticas, da fenomenologia francesa, especialmente em Gaston Bachelard e Merleau-Ponty. Nesse caso, Lefebvre coloca que a relação com o espaço, seja de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade implica numa relação com o corpo, com os órgãos sensoriais.

Embora os significados e as manifestações no próprio espaço dos três conceitos revelem diversas contradições entre si (ou entre cada dois deles), o que é inerente à própria

autonomização do espaço, Lefebvre prefere associar essas definições no seio de uma triplicidade dialética, portanto postula três termos e não dois como em cada teoria dialética referenciada. Para o filósofo, esse caráter tríplice da produção do espaço está associado à tríplice base teórica adotada mais do que a diferentes interpretações do espaço propriamente dito: Marx associado à ação social, à prática social material, portanto *prática espacial/ espaço percebido*; Hegel associado à linguagem e ao pensamento, portanto *representações do espaço/ espaço concebido* e Nietzsche associado ao ato criativo, poético, portanto *espaços de representação/ espaço vivido*.

Schmid (2012) explica que a figura tríade não termina com uma síntese de dois termos opostos, substituídos por uma terceira coisa como na dialética hegeliana e marxista. Cada dimensão permanece como mera abstração sem as outras, exatamente porque não se referem a três espaços independentes, mas a três momentos da produção de um mesmo espaço, em interação, conflituosa ou de aliança, interconectados dialeticamente: o *percebido*, o *concebido* e o *vivido*.

Lefebvre (2006, p.39-40) conceitua esses três momentos da seguinte forma.

A *prática espacial* como sendo o *espaço percebido*, que associa estreitamente a realidade cotidiana com a realidade urbana, incluindo a separação entre elas que a prática religa. O filósofo exemplifica a *prática espacial* definida pela vida cotidiana e sua relação com a vida urbana (com certa coesão) de um morador de habitação social no subúrbio ou periferia. Como trataremos especificamente da unidade habitacional à escala da edificação, abordaremos menos esse momento e mais os dois próximos.

As *representações do espaço* são o *espaço concebido*. “Aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o *vivido* e o *percebido* ao *concebido* (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número do ouro, os módulos e ‘canhões’).” Por isso ele é abstrato, absoluto, euclidiano, newtoniano, cartesiano, espaço físico matemático, mental, perspectivo e operado de dentro dos gabinetes. Lefebvre afirma que esse é o espaço dominante numa sociedade, um modo de produção, e por assim dizer, associado ao *valor de troca*.

Os *espaços de representação* são o *espaço vivido*. É o “espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar.” Por isso, ele é espaço concreto, da

prática e da ação, relativo, socialmente produzido, espaço onde as pessoas tem de se haver, corporalmente, mental e sentimentalmente, com os objetos, e por assim dizer, mais associado ao *valor de uso*. Esses espaços tendem para “sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais”, enquanto que o *espaço concebido* tenderia “para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente”.

Neste texto, o terceiro momento (*espaço da representação/ espaço vivido*) adquire grande importância porque são as manifestações dos moradores no espaço que nos interessa levantar e analisar. Aqui a coesão inevitavelmente acontece, seja por adesão, seja por subversão, evidenciando a *prática espacial* na esfera da ação em confronto com a coexistência da *representação do espaço*.

Mediante essas três dimensões é possível perceber que o espaço é produto ao mesmo tempo em que é meio de produção (condição). Podemos concluir de antemão que na produção atual da habitação social brasileira, movida continuamente pelo capital, um *campo* (econômico e político) de forças e de lutas por posições entre dominantes (estado e mercado) e dominados (sociedade) é estabelecido, o que corresponde respectivamente às concepções de *representações do espaço/ espaço concebido* (pelos dominantes) e de *espaços de representação/ espaço vivido e prática espacial/ espaço percebido* (pelos dominados).

Para contribuir na concepção de espaços que melhore a vida cotidiana das pessoas, buscando suprir suas reais necessidades habitacionais, nos interessa a análise do *espaço vivido*, transformando-a em subsídio para novas concepções de espaço. O *espaço concebido* é mais fácil de ser decifrado (pelo menos pelos especialistas), porque tem-se a chave da codificação (do desenho projetivo e da perspectiva), já que foi elaborado intelectualmente. Já o *espaço vivido*, que é carregado de simbolismos, do imaginário e da história daqueles que dele se apropriam, não é facilmente decifrável: só se descobre examinando-o empiricamente no cotidiano, onde os três momentos ocorrem simultaneamente e revelam sua total imbricação.

Trata-se afinal, de declarar que a passagem de um modo de produção a outro apresenta o maior interesse teórico, enquanto efeito de contradições nas relações sociais de produção, que não podem deixar de se inscrever no espaço, subvertendo-o. Cada modo de produção tendo, por hipótese, seu espaço *apropriado*, um novo espaço se produz durante a transição.

LEFEBVRE, 2006, p.46

Voltando a Hegel, apud Schmid (2012, p.4) o objetivo não é negar o *espaço concebido* em detrimento do *espaço vivido*, mas suprassumi-lo².

No exemplo da próxima seção várias serão as controvérsias e contradições em relação ao *espaço concebido*, colocadas pela apropriação. Mas ao mesmo tempo as ações dos moradores no espaço podem revelar novas soluções sem negar totalmente o PMCMV. É reconhecido que nunca houve tanto investimento na produção de habitação de interesse social no país como tem sido realizado pelo PMCMV. A ideia não é aniquilá-lo, mas elevá-lo a uma outra configuração de política habitacional na qual os moradores façam parte do processo de tomada de decisão.

Tamanho é o exercício do poder das *representações do espaço* e pequena é a crítica em relação a isso (o que poderia levar a grandes transformações no *espaço vivido* integrando-o à própria prática social) que as pessoas acabam abstraindo a própria *prática espacial*, vivendo e convivendo com a fetichização do espaço (Seabra, apud Ferreira, 2007, p. 7). Isso explica o fato dos espaços habitacionais concebidos para as classes de menor renda serem muito parecidos (ao mesmo tempo desejados) com os espaços produzidos para a classe média, quase que revelando uma aparência de igualdade e camuflando toda a desigualdade por trás da enormidade de problemas sociais presentes nos primeiros. As análises críticas que serão apresentadas a seguir referem-se a uma amostragem de habitação de interesse social, porém não se aplicam somente aos espaços para essa camada da população.

O problema central aqui apontado é a exclusão do morador do processo de tomada de decisão em relação à produção do espaço, e que aparece (de forma aqui evidenciada) na solução tipológica repetidamente adotada: o *espaço concebido* implícito no *espaço vivido*. A tipologia padrão imposta, por ser predeterminada de forma codificada, permite a leitura das ações mais transgressoras no *espaço vivido* onde o morador tem autonomia em algum grau.

Veremos isso a seguir com maiores detalhes.

3. Um exemplo de universo de pesquisa: a apropriação dos espaços do PMCMV

Para exemplificar a busca pela comprovação da hipótese da tese em andamento, recorreremos, numa perspectiva de retro-visão a dados e resultados da pesquisa do grupo

² Suprassunção é o termo associado à tradução do termo alemão *Aufhebung* (empregado na teoria dialética de Hegel), que quer dizer ao mesmo tempo negação, conservação e elevação, em contraponto à proposta de tese, antítese e síntese.

PRAXIS *Minha Casa, Minha Vida: Estudo Avaliativo na Região Metropolitana de Belo Horizonte*³. Cabe ressaltar que a teoria de Lefebvre não foi referenciada em nenhuma etapa de pesquisa do grupo, portanto, a associação colocando as análises empreendidas pelo grupo como confirmação da teoria e vice-versa, a teoria como confirmação da operação de análise empreendida, é tarefa desse estudo. Portanto, em alguns momentos a descrição dos resultados de pesquisa do grupo estarão permeados pelos conceitos de Lefebvre. Ao mesmo tempo, a metodologia por categorias empregada nas análises dos espaços pelo PRAXIS, explicada mais adiante, consolidou-se enquanto um instrumento metodológico importante e referencial para nossa pesquisa empírica futura.

A pesquisa do grupo colheu dados em seis municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Caeté. Foram visitados, durante os anos de 2013 e 2014, 11 empreendimentos entregues e ocupados por pelo menos 6 meses e que beneficiaram aproximadamente 11 mil moradores. Os dados foram colhidos por meio de levantamento fotográfico, observação direta, aplicação de questionários com moradores, realização de entrevistas com síndicos, construtoras, prefeituras, empresas que realizam o trabalho social e CAIXA. Também foi realizada uma extensa pesquisa documental desde os projetos arquitetônicos e documentos relativos a cada empreendimento até às legislações, manuais, cartilhas fornecidas pelos órgãos públicos agentes do processo.

Essa pesquisa evidenciou dois pontos de vista localizados temporalmente no processo de produção, o do estado-mercado e o do morador, denominados respectivamente *espaço projetado (a priori)* e *espaço apropriado (a posteriori)*. O primeiro foi associado às etapas de desenho, projeto e produção, onde setor privado e Estado, munidos da legislação e da lógica capitalista agem autonomamente, conforme mencionado anteriormente. Os espaços são precisamente desenhados, orçados e construídos para atender às normativas e a uma família nuclear de pai, mãe e dois filhos, numa logística controlada que se encerra com a entrega das chaves e o início da apropriação dos espaços pelos moradores. A primeira contrariedade já surge, pois é imensa a diversidade nas composições familiares que ocupam os empreendimentos (Fig. 3). Apenas menos de 30% das famílias apresenta a composição média e padrão adotada (Fig. 4).

³ Coordenada pela profa. Denise Morado Nascimento e financiada pelo CNPq/ MCidades. Tal pesquisa integra a *Rede Cidade e Moradia*, composta por 11 universidades brasileiras.

O segundo ponto de vista apontado pelo grupo estendeu a tríade desenho, projeto e construção ao *uso*, incluindo a ação dos moradores via apropriação dos espaços, exatamente como recomenda Lefebvre. Veremos que tal ação (*prática espacial* e *espaço da representação*) apresenta coesão com o espaço, seja por adesão (na passividade), seja por subversão (de forma ativa, no ato, na ação). Associamos, então, o *espaço projetado*, da pesquisa do PRAXIS às *representações do espaço/ espaço concebido* de Lefebvre, e o *espaço apropriado* ao *espaço da representação/ espaço vivido*, por vezes à *prática espacial/ espaço percebido*.

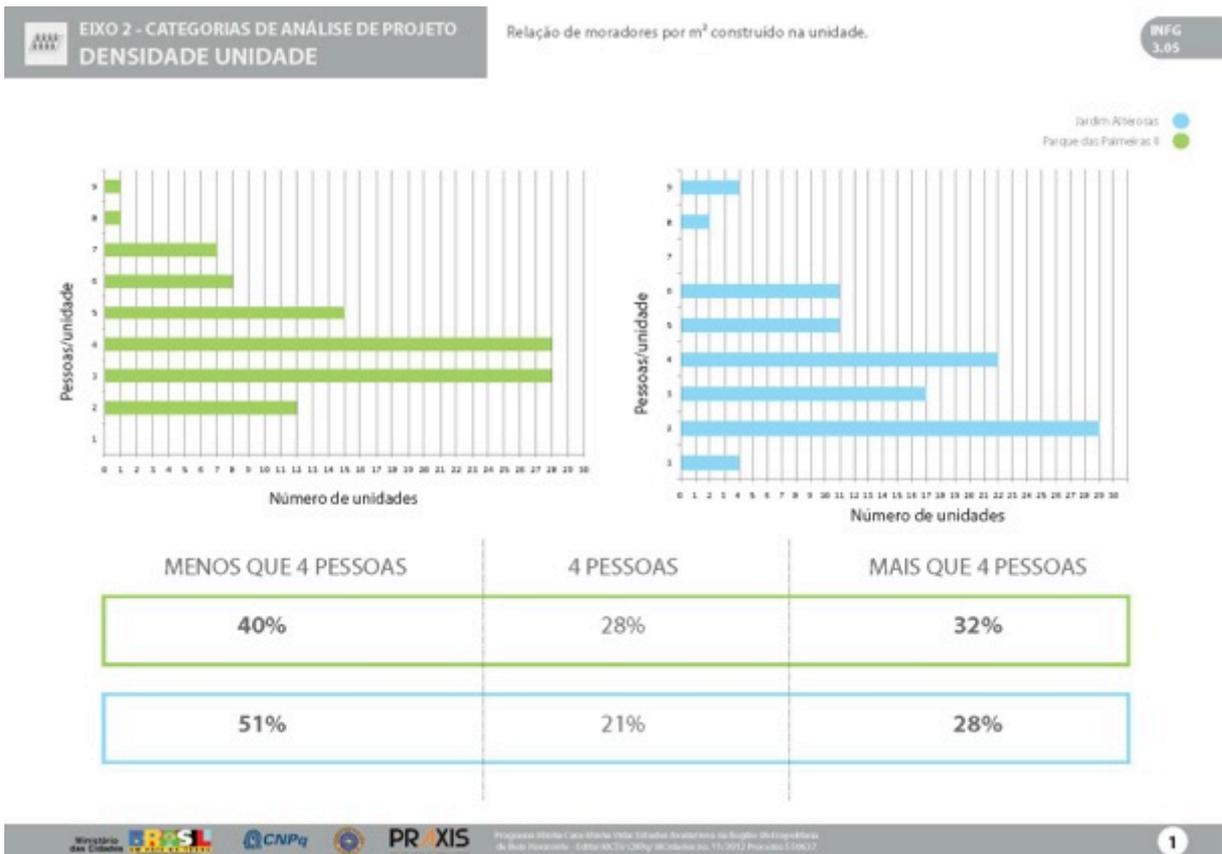


Fig. 4 - Densidade Unidade
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

Tomar os conceitos de Lefebvre como fundamentação da hipótese da tese em andamento, significa argumentar que a produção habitacional é uma atividade social que se realiza através da produção do *espaço concebido*, mas também do *espaço percebido* e do *espaço vivido*. Isso sugere uma “inversão da tendência dominante, e não uma substituição” (Lefebvre, 2006, p.30), ou seja, uma leitura e análise reversa que parta da apropriação e da autoconstrução, atribuindo valor ao significado e não somente poder ao conhecimento e aos códigos, para que a lógica da produção vigente possa ser repensada. Fica, portanto, clara, a importância dada nesse texto à participação do Estado na provisão habitacional social, enquanto órgão interventor que legisla e que executa. Os custos *invisíveis*, relativos e indiretos, provindos das (1) adaptações necessárias em espaços projetados para perfis padronizados de moradores, (2) dos conflitos agravados pela segregação socioespacial e (3) das dificuldades de apropriação do que é comum e público, não incorporados nas planilhas orçamentárias do mercado imobiliário, questões apontadas pela pesquisa do PRAXIS, não podem isentar o governo de transformar o PMCMV numa política habitacional (suprassumilo), ao contrário de mantê-lo como programa de governo para aquecer a economia do setor.

O papel da arquitetura de prover espaços funcionais, seguros, salubres e belos, é tão importante quanto considerar o poder de decisão do morador frente ao uso do espaço. Os exemplos analisados pelo PRAXIS, permite colocar lado a lado atributos desses três momentos da produção, evidenciando contrariedades e potencialidades que podem alimentar uma nova arquitetura e políticas habitacionais futuras.

Para não negar aspectos subjetivos, simbólicos e singulares presentes nos espaços apropriados do PMCMV, penetrados pela história e pelo imaginário de quem os vivencia, o grupo de pesquisa constituiu, a partir da própria leitura dos espaços, e da teoria de Gausa (2010) uma nova categorização para análise (fig. 5).

EIXO 2 - CATEGORIAS DE ANÁLISE DE PROJETO
METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO

INFG
3.01

Fotos, diagramas e cálculos são o material de análises baseadas na seguinte classificação:

<p> Variedade Empreendimento (VA.E): Complexidade espacial da implantação do conjunto.</p> <p> Variedade Unidade (VA.U): Complexidade espacial, diversidade e/ou capacidade de expansão da unidade</p> <p> Densidade Empreendimento (DE.E): Relação entre a área construída e a área do terreno (CA); relação percentual entre a área de projeção da construção e a área do terreno (TO); relação entre a área do terreno e o número de unidades habitacionais (QUOTA)</p> <p> Densidade Unidade (DE.U): Relação de moradores por m² construído na unidade.</p> <p> Múltiplos moradores Empreendimento (MM.E): Acomodação de estilos de vida variados, sob aspectos sociais, econômicos e culturais.</p> <p> Diversidade dos moradores Unidade (DM.U): Acomodação de configurações familiares variadas na unidade.</p> <p> Adaptabilidade Unidade (AD.U): Acomodação de diversas exigências e atividades, previstas e não previstas.</p> <p> Compacidade Empreendimento (CO.E): Geometria e arranjo dos espaços em referência ao programa arquitetônico.</p> <p> Espaço comum Empreendimento (EC.E): Conexão entre o espaço da unidade com o conjunto através de espaços onde a troca e a socialização podem acontecer.</p>	<p> Limites Empreendimento (LI.E): Manifestações que promovem a segregação sócio-espacial.</p> <p> Fronteiras Empreendimento (FR.E): Manifestações que promovem a integração sócio-espacial.</p> <p> Individualização Empreendimento (IN.E): Articulação da individualidade (acessibilidade e privacidade) de cada morador com o conjunto multifamiliar.</p> <p> Individualização Unidade (IN.U): Articulação da individualidade (acessibilidade e privacidade e outras formas de apropriação, identidade ou vínculo) de cada morador com a unidade.</p> <p> Uso misto Empreendimento (UM.E): Habilidade do conjunto residencial de ligar-se e integrar-se a múltiplos usos (lazer, serviços e comércio).</p> <p> Uso misto Unidade (UM.U): Habilidade da unidade residencial de ligar-se e integrar-se a múltiplos usos (lazer, serviços e comércio).</p> <p> Economia de recursos Empreendimento (ER.E): Redução do uso de materiais, sistemas construtivos, tecnologias e recursos naturais no conjunto, ao longo do tempo.</p> <p> Economia de recursos Unidade (ER.U): Redução do uso de materiais, sistemas construtivos, tecnologias e recursos naturais na unidade, ao longo do tempo.</p>
---	---

Referência Teórica: Manuel Gausa, *Total Housing: alternatives to urban sprawl*.





Programa Minha Casa Minha Vida: Estudos Avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Edital MCTU/ CNPq/ MCTCidades no. 11/2012 Processo 550637

2

Fig. 5 - Categorias de Análise
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

Tais categorias configurou-se enquanto instrumento metodológico no confronto entre *espaço projetado* e *espaço apropriado*, evidenciando tanto as formas pelas quais as categorias se manifestam nas apropriações engendradas pelos moradores quanto as maneiras como são interpretadas e equacionadas pelos técnicos, profissionais e empresários (pressupostos acionados na projeção), durante o processo de tomada de decisão que vai da

escolha do terreno até a elaboração dos projetos, planilhas orçamentárias e construção.⁴ Seguem alguns exemplos.

VARIEDADE

A pesquisa do PRAXIS apontou que não há *variedade* nem na escala do empreendimento nem da unidade. O tipo arquitetônico padrão adotado, imposto ao projetista, é o apartamento de 2 quartos, de 39 a 44m², cuja organização espacial dos cômodos pouco difere de um empreendimento para outro. Eles são dispostos em 4 unidades por andar, predominantemente em blocos (predinhos) de formato “H”, de 4 a 5 pavimentos, implantados em platôs terraplenados de forma escalonada quando o terreno é mais íngreme. Com um pequeno percentual de casas isoladas, portanto sem variação no modelo edilício, essa prática é replicada contínua e irrefletidamente num país de dimensões continentais, demonstrando total desconsideração com condicionantes naturais e locais como insolação, ventilação e topografia. A padronização se estende para as áreas externas, onde o *espaço concebido* contempla na maior parte dos casos, uma quadra, um playground e um “centro comunitário”, além do estacionamento descoberto e áreas de manobra (fig. 6).

Aliado a isso, o emprego predominante do sistema construtivo autoportante impede o uso de tipologias flexíveis, adaptáveis e/ou ampliáveis. Os elementos arquitetônicos são repetitivos e estandardizados porque visam uma *pseudo* racionalização construtiva: emprega-se componente industrializado numa produção manufaturada no canteiro de obras.

Na outra ponta (*espaço vivido*), problemas como a necessidade do terceiro quarto, de lugar adequado para a secagem de roupa, de área privativa ou o quintal e a impossibilidade de expansão da casa, são a realidade apontada pela pesquisa. O estacionamento quando vazio, bem como as áreas residuais desconsideradas *na concepção*, são ocupados pelas crianças para brincar, andar de bicicleta ou de patins, denunciando a insuficiência na projeção dos espaços de lazer adequados.

⁴ O mapeamento completo desses cruzamentos encontra-se disponível em www.arq.ufmg.br/praxis.



Unidade Habitacional ALTEROSA



Unidade Habitacional PALMEIRAS II



Vistas e Implantações dos empreendimentos Alterosa (Ribeirão das Neves) e Palmeiras II (Betim)

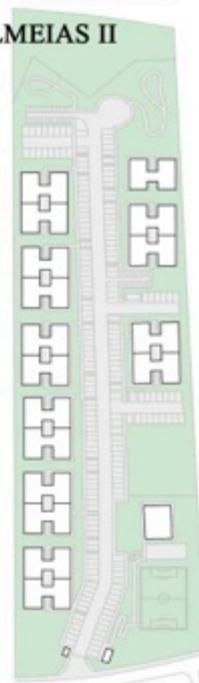


Fig. 6 - Variedade Empreendimento e Unidade
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

A maioria das pessoas viviam anteriormente em casas, demandando outro tipo de configuração espacial. Portanto, há um “choque” e a dificuldade de viver de forma condominial em apartamentos, surge evidentemente. Além disso, passam a vivenciar um *espaço concebido* de forma codificada ainda calcado em preceitos modernistas (Morado Nascimento e Tostes, 2011), chancelados pelos códigos de edificações municipais e por programas de aquisição financiada de mobiliário padrão⁵, que ao final e a cabo, ditam o mínimo exigido que se torna o máximo cumprido.

Faz-se necessário, portanto, o confronto entre os momentos da produção do espaço proposto por Lefebvre. Os universos da autoconstrução sugeridos para análise muitas vezes apresentam configurações espaciais e de apropriação mais complexas e próprias do cotidiano das pessoas do que a correspondência unívoca espaço-atividade ou atividade-setor prevista na projeção. Morado Nascimento e Tostes (2011) exemplifica que cozinha é muitas vezes um espaço de sociabilidade, e não de mero “serviço”, ou pode-se perfeitamente dormir em espaços que em determinados horários não tenham a privacidade de um quarto. Nos espaços do PMCMV verificou-se a ocorrência de atividades como brincar, secar roupa, conviver, trabalhar, vender, enquanto necessidades habitacionais locais não previstas em projeto e manifestadas por adaptações precárias.

ADAPTABILIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO

A *adaptabilidade da unidade* foi uma categoria através da qual o grupo PRAXIS apontou grande necessidade de mudança do projeto convencional e universalizado dos espaços. Os moradores adequam o espaço ao seu modo de vida, promovendo as mais variadas formas de apropriação. A mais recorrente são as “saídas” que encontram para a secagem de roupas, devido à insuficiência da área de serviço projetada e ao costume com o quintal nas residências de origem (fig. 7). Varais dispostos no chão, esticados, pendurados ou improvisados na sala, cozinha, quarto; projetados para fora das janelas, dispostos na fachada e até mesmo no banheiro, tornam-se a solução. As áreas descobertas comuns são apropriadas, aquelas tratadas como residuais no *espaço concebido* em razão da lógica de implantação de blocos espriados pelos platôs artificializados. Assim surgem subvertidamente demarcações privadas no espaço público ou demarcações públicas no espaço privado.

⁵ Programa Minha Casa Melhor (www.caixa.gov.br)



Fig. 7 - Soluções para o varal
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

Outra adaptação recorrente é o uso de cama-beliche no quarto, com duas ou três camas sobrepostas; de colchões extras, cama extra ou berço na sala para atender ao(s) membro(s) excedente(s) da família, ou gerar espaço para outra atividade (trabalho, estudo, brincadeira), dado o subdimensionamento dos espaços ou a inadequação do mobiliário (Fig. 8). Também é comum ver geladeira, máquina de lavar, micro-ondas ou bicicleta na sala, e o problema se intensifica quando o morador exerce alguma atividade de trabalho em casa (fig. 10). Similarmente, aparecem adaptações nas instalações elétricas, hidráulicas, de TV, associadas à categoria Economia de Recursos (fig. 8).



Fig. 8 - Adaptabilidade e Economia de Recursos
Fonte: PRAXIS-UFMG, 2014

Os moradores também apresentam soluções criativas no enfrentamento da acessibilidade, uma vez que os apartamentos adaptáveis (e não adaptados) não diferem dos demais.

Mesmo com tantas restrições os moradores conseguem imprimir as mais diversas marcas de *individualização* nas duas escalas: decoram os ambientes, fazem pequenas reformas, cultivam hábitos e heranças (plantas, passarinhos) dos espaços que viviam anteriormente. Isso se manifesta por meio das cores em novas pinturas, rebaixamento do teto com instalação de forro de gesso, mudanças luminotécnicas, troca de revestimento de pisos e paredes, instalação de novas cubas e bancadas, adaptações nas circulações externas para cadeirantes, individualização de hidrômetros, etc. (fig. 9).

Mas se por um lado a ação dos moradores no espaço é percebida, por outro é limitada no âmbito do rearranjo espacial, já que o sistema construtivo rígido impossibilita a modificação ou a expansão dos cômodos. Possivelmente em outros universos da autoconstrução essas ações são mais significativas, tema de pesquisa para a próxima etapa da tese e explorado na última seção desse texto.



Fig. 9 – Individualização
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

USO MISTO

A pesquisa do PRAXIS apontou que, se por um lado os agentes, especialmente o Estado, defendem que o recurso do PMCMV para a menor faixa de renda não pode ser empregado para aferição de lucro, proibindo com isso outros usos além do residencial, por outro, no *espaço apropriado* isso não é cumprido, e acontecem claras manifestações de prestações de serviço e de comércio tanto na escala do empreendimento quanto da unidade, demonstrando que o cotidiano das pessoas revelam outras demandas. Na unidade o governo (CAIXA e prefeituras) reconhece que as atividades são para geração de renda para os próprios moradores, mas não se empenha em agenciar e legitimar tais usos.

Os resultados do *Estudo Avaliativo* mostram que mudanças são necessárias, seja para suprir de infraestrutura e comércio um local que apresenta essa insuficiência, expandindo o conceito de habitação para o mero significado de produto-casa, seja como geração de renda para os próprios moradores, que muitas vezes pela falta de emprego ou por necessidades familiares precisam manter o trabalho em casa. Da feira ou bar na calçada a salão de beleza ou à produção e venda de comida na unidade, foram constatadas diversas atividades comerciais e de serviços presentes nos empreendimentos: salão de beleza, confecção e/ou venda de roupas, fabricação e venda de bombons, pães, biscoitos, pizzas, etc. (fig. 10).

Todos os empreendimentos analisados são portanto, por um lado, *espaços projetados/ concebidos* como estritamente residenciais, e por outro, *espaços apropriados/ vividos* como residências, associadas a atividades também comerciais e/ou de serviços.

A pesquisa do PRAXIS acusou a baixa durabilidade, adaptabilidade e eficiência dos empreendimentos do PMCMV e levanta preliminarmente proposições parciais, que poderão se juntar a proposições futuras mediante análises de outros universos de pesquisa.

- (1) Recorrer ao *espaço apropriado* para repensar o *espaço projetado*;
- (2) Atender às necessidades habitacionais cotidianas e não ao déficit habitacional numérico;
- (3) Variar a unidade habitacional em função da variação da composição familiar (em número, gênero, tipo, relações parenterais, etc.);
- (4) Projetar o espaço tridimensional necessário e aberto (m³) e não a partir da área mínima funcional fechada (m²), buscando variações espaciais adequadas e transformáveis;
- (5) Permitir uso misto tanto nos espaços comuns quanto nas unidades habitacionais;
- (6) Promover o emprego de sistemas construtivos flexíveis e adaptáveis às interfaces complementares;

- (7) Utilizar componentes industrializados em prol da melhoria do canteiro de obras;
- (8) Rever a gestão condominial e as regras de parcelamento do solo específico para habitação social.

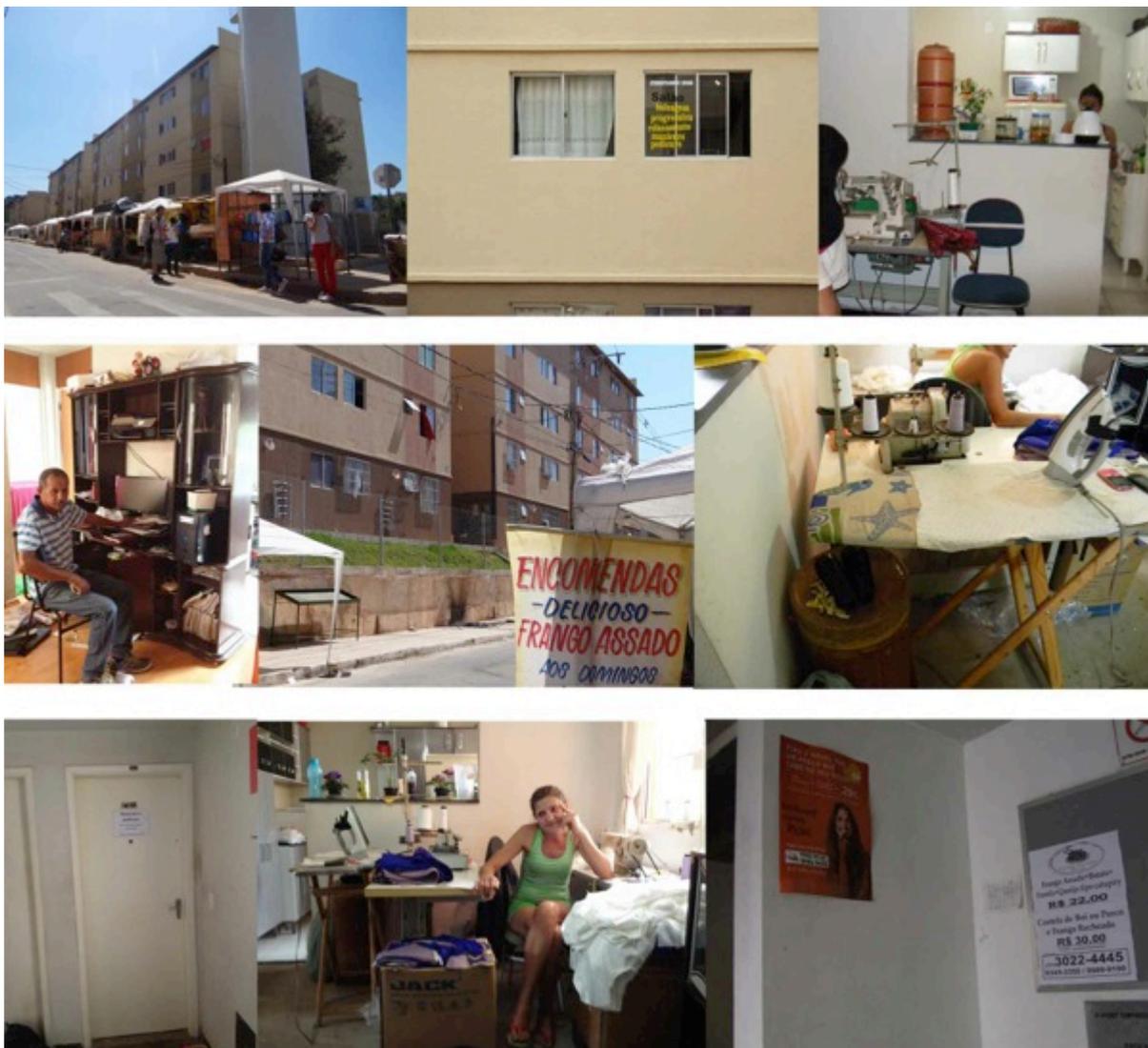


Fig. 10 - Uso Misto
Fonte: PRAXIS-EAUFMG, 2014

4. A arquitetura aberta como pressuposto

Diante do exposto acima, resta pensar em alternativas de conceber o espaço recuando na estratégia de predeterminar espaços fechados ao uso.

Vários são os exemplos que poderíamos aqui listar de obras ou metodologias de projetos que se revelam como um contraponto às contradições e potencialidades verificadas nos espaços *percebido*, *concebido* e *vivido* do PMCMV.

As estratégias de projeto representadas pela categorização de Gausa, constituem-se num exemplo. Outros exemplos que consideram o habitante ou morador na produção do espaço, via processo participativo, colaborativo ou de tomada de decisão podem ser referenciados. Essa arquitetura de vanguarda surge ainda na década de 20 do século passado quando alguns arquitetos passam a entender a moradia popular também como um campo de atuação para além dos projetos para a alta burguesia. A casa Schröder, do arquiteto holandês Rietveld, em 1924 já permite separar ou integrar espaços, com superposição ou mutabilidade de funções por meio de elementos corrediços. No entanto, os preceitos modernistas da moradia mínima e rígida no *slogan* da “máquina de morar”, prevalece como espaço a ser *concebido* e produzido em massa em detrimento da abertura e da flexibilização, impedindo ou “administrando melhor” formas de ação dos moradores no *espaço vivido*, camuflando o argumento do maior lucro no argumento da produtividade.

Somente a partir da década de 60 é que alternativas mais eficazes começam a ser adotadas, mas ainda restritas à vanguarda. Na Inglaterra surgem os trabalhos em favor da autonomia e da participação de Cedric Price, John Turner, Walter Segal, Colin Ward, Nabeel Hamdi; na França de Yona Friedman; na Itália de Giancarlo de Carlo, na Bélgica de Lucien Kroll, entre outros, até trabalhos mais recentes, mais viáveis economicamente para a habitação social e mais próximos do nosso contexto, como os empreendimentos do grupo chileno Elemental. São experiências que propõem espaços flexíveis, híbridos, ampliáveis, facilmente mutáveis ou adaptáveis com maior probabilidade de atender de modo mais satisfatório a múltiplas demandas, gerando maior autonomia e emancipação para o usuário. Ao contrário de espaços prontos, acabados e pré-determinados ao uso e função. No Brasil se destacaram somente a partir dos anos 80, algumas experiências envolvendo participação dos moradores via procedimentos de autogestão, mas que não tiveram nenhuma implicação transformadora no espaço produzido.



Fig. 11 - La Meme (1970-72), Lucien Kroll
Fonte: <http://homeusers.brutele.be/kroll/auai-project-ZS.htm>

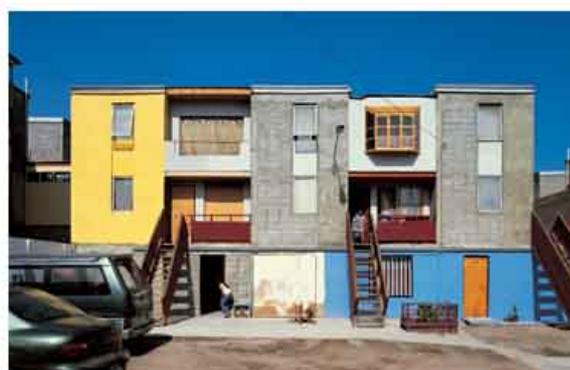


Fig. 12 – Quinta Monroy (2004), Elemental
Fonte: <http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/>

Uma das mais consistentes pesquisas acerca da participação e autonomia do usuário na arquitetura, especialmente na habitação em massa, foi a desenvolvida por Habraken na Holanda. Em 1964 um grupo de arquitetos se associa ao SAR (*Stiching*

Architecten Research) coordenado por Habraken, com o objetivo de criar estratégias de projeto e participação para a habitação industrializada evitando a padronização até então instalada no país no Pós-Guerra. Assim nasceu a *Teoria dos Suportes* que tem desdobramentos até hoje com o movimento *Open Building*. A teoria de Habraken é essencialmente para reintroduzir o morador no processo de tomada de decisão, profissional e político, relativo ao projeto, construção e uso da habitação. Para isso existem dois momentos nesse processo: o coletivo que equivale no projeto ao *suporte*, de decisão coletiva, de certa forma fixo e mais geral, e o individual que corresponde ao *recheio*, a casa propriamente dita e que é de decisão de cada morador. Portanto, a teoria pressupõe poder de tomada de decisão, ação (política) e não somente como que o suporte deve ser desenhado. A teoria pode ser aplicada em vários níveis de intervenção, de mobiliário e objetos à estrutura e planejamento de cidades, passando por unidades habitacionais, edifícios, bairros, e podendo ser aplicado também em outros usos (hospitalar, escolar, etc.) (fig.15).

O termo “arquitetura aberta” aqui adotado se refere à tradução do termo “*open building*”, que nomeia o movimento contemporâneo internacionalmente aceito por uma rede de profissionais e acadêmicos cujas ideias comuns são (Habraken, 2012):

- (1) a existência de níveis distintos de intervenção no meio ambiente construído, representados pelo “suporte” e pelo “recheio” tanto no projeto urbanístico quanto arquitetônico;
- (2) de que usuários e habitantes devem fazer parte do processo de tomada de decisão;
- (3) de que o projeto é um processo com múltiplos participantes e com diferentes tipos de profissionais, ilimitados e aberto a novos;
- (4) de que a interface entre os componentes do sistema construtivo tem de permitir a substituição por outro sistema de mesma função com o mínimo de perturbação dos sistemas já existentes;
- (5) de que o meio ambiente construído está em constante transformação e mudanças têm de ser reconhecidas e estudadas.



Fig. 13 – Molenvliet (1977), Holanda, arquiteto Frans van der Werf

Fonte:

<http://www.afewthoughts.co.uk/flexiblehousing/house.php?house=64&number=9&total=175&action=all&data=all&order=keyname&dir=DESC&message=all%20projects&messagead=reverse%20alphabetically%20ordered%20by%20architect>

<http://cms.bsu.edu/Academics/CollegesandDepartments/CAP/CentersOutreach/BuildingFutures/OpenBld/Residential/-/media/WWW/DepartmentalContent/BFI/ThesisCh4.ashx>



Fig. 14 - Next 21 (1994), Osaka, Open Building
Fonte: <http://www.open-building.org/ob/next21.html>

Além de inúmeras obras já produzidas em diversos países via *Open Building*, cabe citar o *Long Life Quality Housing Act*, uma lei aprovada pelo parlamento japonês em 2009, pelo caráter político-econômico tanto quanto arquitetônico aqui abordado. Ela premia projetos de arquitetura aberta que prezam pela *durabilidade* e *adaptabilidade*, oferecendo incentivos fiscais e financeiros tendo em vista o alto percentual de estoque habitacional produzido nas últimas décadas de baixa durabilidade, vida útil curta, sem resistência a terremotos e de baixa eficiência energética (35% foi depois de 1981). Os incentivos podem ser subsídio direto; quebra de imposto de renda; redução de impostos para habitação individual ou do mercado imobiliário; condições favoráveis para empréstimos na compra de habitações novas de maior qualidade que prezam pela sustentabilidade ambiental. O ato garante o incentivo às habitações que apresentem nove propriedades: [1] durável (100 anos ou mais), [2] estruturalmente segura, [3] grande o suficiente, [4] adaptável, [5] sem barreiras, [6] eficiente energeticamente, [7] conectada com seu entorno, [8] fácil de manter e [9] mantida regularmente (Tomohiro, 2012). É uma experiência que foi inspirada no recorde predominante de edifícios e estruturas urbanas abertas e flexíveis (*Open Building*), construídas no país ao longo das últimas décadas. Habraken (2012) revela que a ideia de uma tal lei nunca tinha passado pela sua cabeça, que a exigência da durabilidade é o mote do ato, mas que inevitavelmente isso permite a adaptação individual das habitações às preferências do usuário.

Os preceitos do *Open Building*, mais do que referências de vanguarda, são considerados aqui como pressupostos (ponto de partida, mas também de chegada) para a

pesquisa em andamento, já que não temos controle sobre todas as necessidades habitacionais do outro. Como ponto de chegada porém, será necessário, como em Gausa e atravessados pela sua categorização, desconstruir tais preceitos do movimento para então reconstruí-los novamente a partir do nosso contexto e da hipótese lançada: de que a partir dos diversos níveis de intervenção e atributos presentes no *espaço vivido* a produção na esfera do *espaço concebido* possa ser reconfigurada em seus agentes e procedimentos, tendo a arquitetura aberta como pressuposto reconstruído a partir do nosso contexto. É razoável pensar então que a autoconstrução, enquanto prática frequente no país se incorpore à formulação da presente hipótese.

Como denominar a separação que mantém à distância, uns fora dos outros, os diversos espaços: o físico, o mental, o social? Distorção? Defasagem? Corte? Fissura? Pouco importa o nome. O que interessa é a distância que separa o espaço “ideal”, dependente das categorias mentais (lógico-matemáticas), do espaço “real”, o da prática social. Enquanto cada um implica, põe e supõe o outro.

(Lefebvre, 2006, p.22)

[...] em lugar de insistir no rigor formal dos códigos, *dialetizar-se-á* a noção. Ela será situada numa relação prática e numa interação dos “sujeitos” com seu espaço, com seus arredores. Tentar-se-á mostrar a gênese e o desaparecimento das codificações-decodificações. Esclarecer-se-á os conteúdos: as práticas sociais (espaciais) inerentes às formas.

(Lefebvre, 1985, p.25)

A racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação. A violência subversiva replica a violência do poder. [...] A normalidade estatista também impõe a perpétua transgressão.

(Lefebvre, 1985, p.29)

5. Especulando outros universos empíricos de pesquisa

Em situações similares ao do PMCMV, quando um morador ou uma família desconhecida se apropria de uma unidade habitacional produzida a partir de pressupostos predominantemente do *espaço concebido*, inevitavelmente surgem os conflitos e são duas as formas de coesão com o espaço, conforme colocado anteriormente: ou se abdicam e se adequam ao espaço de que dispõem (*adesão*) ou se apropriam mais radicalmente imprimindo modificações sobre o que lhe é imposto (subversão). Claro que existe a opção da família se mudar quando pode, mas não é a situação que nos interessa nesse momento, até mesmo porque isso só alimenta a lógica de obsolescência programada no mercado imobiliário e a

cadeia produtiva do setor, contrárias ao propósito mais sustentável aqui apresentado. Em outros casos, autoconstrutores optam ou por construir suas casas desde o início, ou por realizar expansões através de reformas onerosas e nem sempre facilitadas pelo espaço preexistente. Todas essas situações de apropriação nos diferentes níveis de coesão com o *espaço vivido* constituem em universos de pesquisa úteis à tese em andamento.

A organização em níveis de intervenção do projeto, proposta pelo *Open Building*, definindo o limite do que é *suporte* e do que é *recheio*, vinculados a uma relação interescalar, nos orientará na forma de organizar os universos de pesquisa que nos interessa.

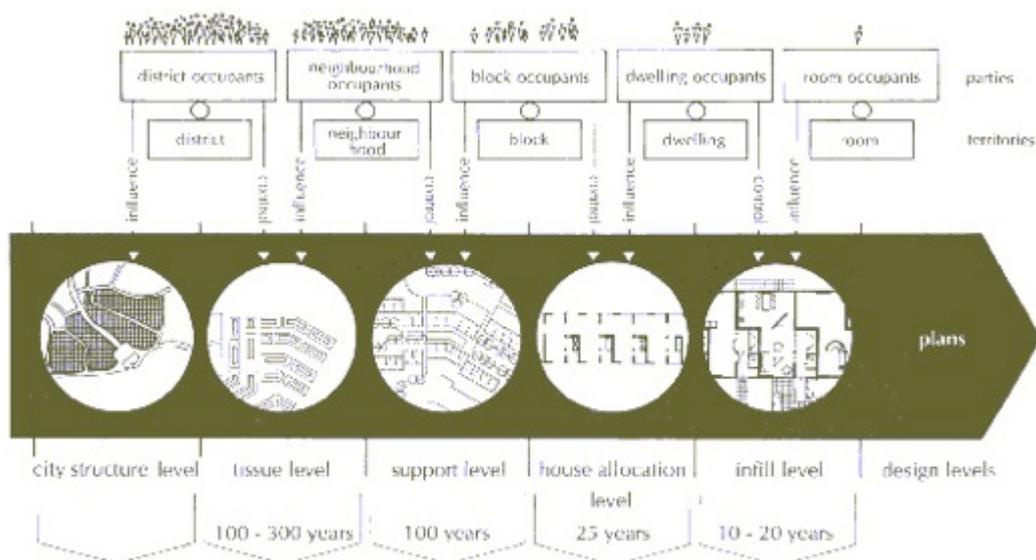


Fig. 15 - Níveis Ambientais do Open Building
Fonte: <http://open-building.org/ob/concepts.html>

Ou seja, essa classificação sugere (1) em que escala o projeto irá atuar e (2) quais são os limites entre o que será determinado (*suporte*) e o que ficará em aberto (*recheio*). Como nosso interesse oscila entre a escala do espaço interno da unidade e a escala da edificação, podendo incluir poder de decisão desde a escolha do terreno, estamos propondo pesquisar novos universos do menor ao maior grau de intervenção, conforme:

- (1) apropriações nos espaços do PMCMV (pesquisa já realizada)
- (2) modificações em apartamentos de um edifício estruturado, produzido para a classe média (pesquisa em andamento)
- (3) modificações com acréscimo de área, em um conjunto habitacional de programas anteriores ao PMCMV (BNH, CoHab, IAPIs, etc., de apartamento ou casa)
- (4) moradias autoconstruídas em bairros pericentrais

- (5) moradias autoconstruídas em loteamentos (áreas) periféricos
- (6) moradias autoconstruídas em assentamentos rurais
- (7) moradias autoconstruídas em uma favela espontânea
- (8) moradias autoconstruídas em uma ocupação organizada

Tais universos ocorrem tanto em situações com planejamento e projeto, haja vista os três primeiros universos apontados acima (de produção estatal ou empresarial), quanto em situações sem planejamento e projeto como nos demais casos (produção espontânea, organizada, autoconstruída parcial ou totalmente).

Para selecionar o caso a ser estudado em cada modalidade ainda será preciso avançar nos critérios de escolha, como os de sistema construtivo, tipologia, sistemas de gestão, localização, etc. realizando visitas prévias. Com a reunião e confrontação dessas análises seguramente teremos material e argumento para suprassumir a produção habitacional vigente.

6. Agradecimentos

Agradecemos pelo apoio financeiro e institucional do NPGAU e da CAPES.

7. Referências

Bourdieu, P. 2004. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Editora UNESP.

Brasil, Ministério das Cidades 2009. Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. [Em linha] Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/2014.1_Bibliografia_Complementar/Aula_04_texto_02.pdf. [Consult. 08/03/2014]

Ferreira, A. 2007. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. Scripta Nova. [Em linha] Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm> [Consult. 20/11/2014]

Fundação João Pinheiro 2013. Déficit Habitacional no Brasil 2010. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional da Habitação, Brasília. [Em linha] Disponível em: www.fjp.mg.gov.br [Consult. 03/03/2014]

Gausa, M. 2010. Total Housing: Alternatives to Urban Sprawl. Actar, Barcelona.

- Habraken, N. J. 2012. N. J. Habraken explains the potential of the Open Building approach in architectural practice. Entrevistado por Morado Nascimento. [Em linha] Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/13.052/4542>. [Consult. 03/03/2014]
- Lamounier, R. F.; Morado Nascimento, D. 2014. Open Building in Brazil: is it possible? XXV World Congress of Architecture/ Durban UIA 2014: Architecture Otherwhere (Proceedings). p.834-847. [Em linha] Disponível em: http://www.uia2014durban.org/get_involved/documents.htm [Consult. 20/11/2014]
- Lefebvre, H. 2006. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de L'espace*. 4a. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).
- Morado Nascimento, D., Tostes, S.P. 2011. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. [Em linha] Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. [Consult. 08/03/2014]
- PRAXIS EAUFMG 2014. Minha Casa, Minha Vida: Estudos Avaliativos na RMBH. Belo Horizonte: EAUFMG. [Em linha] Disponível em www.arq.ufmg.br/praxis [Consult. 07/12/2014]
- Schmid, C. 2012. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: uma direção a uma dialética tridimensional. São Paulo: GEOUSP. Espaço e Tempo, Nº 32, pp.89-109. [Em linha] Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/306> [Consult. 20/11/2014]
- Tomohiro, H. 2012. Integrating Environmental Sustainability and Disaster Resilience in Building Codes. [Em linha] Disponível em: <http://www.unescap.org/esd/suds/buildingcodes/Final-report/Good-Practice-Japan-fiscal-and-financial-incentives.pdf>. [Consult. 08/03/2014]